



## A EFICÁCIA DO CONTROLE LEGISLATIVO SOBRE OS ATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL

### Autor(es)

Stênio Ribeiro De Oliveira  
Jefferson Borges De Alencar  
Pedro Lucas Teodoro  
Harlei Gabriel De Deus Santo

### Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

### Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE BRASÍLIA

### Introdução

A Administração Pública brasileira está submetida a diferentes mecanismos de controle destinados a garantir a legalidade, a moralidade e a eficiência na gestão pública. Entre esses mecanismos, destaca-se o controle legislativo, previsto na Constituição Federal de 1988, que assegura a fiscalização política, financeira e orçamentária. O tema se mostra especialmente relevante no cenário contemporâneo, marcado por sucessivos escândalos de corrupção e pela crescente demanda da sociedade por maior transparência e accountability. Diante disso, surge a questão central: em que medida o controle legislativo é eficaz para assegurar os princípios constitucionais frente as limitações impostas pelo contexto político-institucional brasileiro?

### Objetivo

Analizar a eficácia do controle legislativo sobre os atos da Administração Pública no Brasil, considerando seus fundamentos constitucionais, instrumentos de aplicação e desafios práticos, a fim de verificar a efetividade desse mecanismo no fortalecimento da democracia.

### Material e Métodos

A pesquisa foi conduzida por meio do método bibliográfico e jurisprudencial. A abordagem bibliográfica envolveu a análise de artigos científicos e de obras da doutrina especializada em Direito Administrativo e Constitucional, com ênfase em autores como Mazza, Di Pietro e Lenza. Já a pesquisa jurisprudencial examinou decisões relevantes do Supremo Tribunal Federal, especialmente em casos envolvendo CPIs e crimes de responsabilidade. Essa metodologia permitiu integrar fundamentos teóricos e práticos, proporcionando uma visão crítica sobre a eficácia do controle legislativo na realidade institucional brasileira.



## Resultados e Discussão

A investigação demonstrou que o controle legislativo possui sólida base constitucional e instrumentos diversificados, como fiscalização financeira, CPIs, sustação de atos normativos, pedidos de informação e atuação conjunta com os Tribunais de Contas. Contudo, sua efetividade prática é frequentemente comprometida por fatores político-partidários, que influenciam decisões e reduzem a imparcialidade do processo fiscalizatório. A análise de casos concretos, como a CPI da Covid-19 e julgamentos do STF, evidencia que o controle é possível, mas sua eficácia depende de condições políticas e da mobilização social. Observou-se, ainda, que a complementaridade entre Legislativo e Tribunais de Contas fortalece a fiscalização, embora persistam limitações técnicas e estruturais. Assim, o modelo brasileiro garante accountability em tese, mas carece de maior independência e fortalecimento institucional.



## Conclusão

O estudo confirmou a hipótese de que o controle legislativo é mais consistente no plano normativo do que em sua aplicação prática. Embora essencial à democracia, enfrenta entraves políticos e técnicos que comprometem sua eficácia. O fortalecimento institucional, a capacitação técnica e a ampliação da participação social são medidas indispensáveis ao seu aprimoramento.

## Referências

- ANASTASIA, Fátima. Democracia, Poder Legislativo, interesses e capacidades. Brasília: Cadernos ASLEGIS, 2011.
- BRASIL. Constituição (1988) da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1988.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal. ADI 5351. Rel. Min. Cármem Lúcia, 2021.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal. ADI 4791. Rel. Min. Teori Zavaski, 2015.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal. MS 37760/DF. Rel. Min. Luís Roberto Barroso, 2021.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Súmula 347. Rel. Min. Gilmar Mendes, 2023.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 36. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023.
- GREGORIUS, Marcio Rosni. A Administração Pública e suas funções. JusBrasil, 2015.
- LENZA, Pedro. Direito Constitucional. 26. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2022.
- MAZZA, Alexandre. Manual de direito administrativo. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.